

Zygmunt Bauman

RETROTOPIA

Tradução:
Renato Aguiar



Para Aleksandra, companheira de vida e de pensamento.

Título original:

Retrotopia

Tradução autorizada da primeira edição inglesa, publicada em 2017
por Polity Press, de Cambridge, Inglaterra

Copyright © 2017, Zygmunt Bauman

Copyright da edição brasileira © 2017:

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua Marquês de S. Vicente 99 – 1ª | 22451-041 Rio de Janeiro, RJ

tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787

editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Preparação: Angela Ramalho Vianna

Revisão: Eduardo Monteiro, Carolina Sampaio

Capa: Sérgio Campante | Fotos da capa: © Tasso Mitsarakis/

EyeEm/Getty Images; © Huber & Starke/Getty Images

CIP-Brasil. Catalogação na fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

B418r Bauman, Zygmunt, 1925-2017
Retrotopia/Zygmunt Bauman; tradução Renato Aguiar. – 1.ed. –
Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

Tradução de: Retrotopia

ISBN 978-85- 378-1712- 4

1. Sociologia. I. Aguiar, Renato. II. Título.

17-44058

CDD: 306

CDU: 316.7

· Introdução ·

A era da nostalgia

Eis (caso você tenha esquecido) o que Walter Benjamin tinha a dizer em suas “Teses sobre o conceito de história”, escritas no começo da década de 1940, sobre a mensagem transmitida pelo *Angelus Novus* (redenominado *O Anjo da História*), de Paul Klee, de 1921:

O rosto do anjo da história está voltado para o passado. Onde nós percebemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe indivisa, que não cessa de juntar destroços e lançá-los diante de seus próprios pés. O anjo gostaria de ficar, ressuscitar os mortos e restaurar tudo o que foi destruído. Contudo, uma tempestade se ergue do paraíso; e as asas do anjo são arrebatadas com tal violência que ele já não consegue mais fechá-las. A tempestade o empurra irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas cresce até o céu. A tempestade é o que nós chamamos de progresso.

Se examinássemos de perto o quadro de Klee, quase um século depois de Benjamin ter registrado seu insight incomensuravelmente profundo e incomparável, nós captaríamos o Anjo da História mais uma vez em pleno voo. Entretanto, o mais impres-

sionante para o observador talvez seja a mudança de direção do anjo – o Anjo da História foi apanhado em plena guinada de 180 graus: seu rosto está se virando do passado para o futuro, suas asas são empurradas para trás, desta vez por uma tempestade que se ergueu no inferno de um futuro imaginado, antecipado e temido de antemão, na direção do paraíso do passado (como sem dúvida ele é retrospectivamente imaginado, depois de ter se perdido e arruinado) –, embora elas sejam impelidas agora, como eram empurradas antes, com uma violência tão intensa “que o anjo já não consegue mais fechá-las”.

Passado e futuro, pode-se concluir, são captados no desenho no ato de permutar suas respectivas virtudes e vícios, enumerados cem anos atrás por Klee – como sugeriu Benjamin. Agora é o futuro – sua hora de ser crucificado parece estar próxima, depois de ele ter sido aviltado como algo não confiável e não administrável – que está inscrito na coluna dos débitos. E agora é a vez de o passado ser posto na coluna dos créditos – um crédito merecido (genuína ou putativamente), por ele ainda ser um local de livre escolha e um investimento em esperanças até agora não descreditas.

A nostalgia – como sugere Svetlana Boym, professora de literatura eslava comparada em Harvard – “é um sentimento de perda e de deslocamento, mas também é um romance da pessoa com sua própria fantasia”. Enquanto, no século XVII, a nostalgia era vista como moléstia eminentemente curável, que, segundo recomendação de médicos suíços, por exemplo, podia ser tratada com ópio, sanguessugas e uma viagem para as montanhas, “no século XXI, a doença passageira se tornou uma condição moderna incurável. O século XX começou com uma utopia futurista e acabou com nostalgia”. Svetlana conclui diagnosticando a presente “epidemia global de nostalgia, um anseio emocional por uma comunidade com uma memória coletiva, um desejo ardente de comunidade num mundo fragmentado”, e

propõe encarar essa epidemia como “um mecanismo de defesa numa época de ritmos de vida acelerados e sublevações históricas”.¹ Esse “mecanismo de defesa” consiste essencialmente na “promessa de reconstruir o lar ideal que se encontra no núcleo de muitas poderosas ideologias atuais, tentando-nos a renunciar ao pensamento crítico em prol do vínculo afetivo”. E adverte: “O perigo da nostalgia é que ela tende a confundir o lar verdadeiro com o lar imaginário.”² Finalmente, Svetlana Boym dá uma indicação de onde procurar (e com toda a probabilidade encontrar) tais perigos: na versão “restauradora” da nostalgia – característica das “revivificações nacionais e nacionalistas do mundo todo, as quais se empenham na fabricação de mitos antimodernos de história, por meio de um retorno a símbolos e mitos nacionais e, ocasionalmente, com teorias intercambiáveis da conspiração”.³

Permitam-me observar que a nostalgia é tão somente um membro da muito ampla família das relações afetivas com algum “alhures”. Esse tipo de afeição (e, portanto, por extensão, todas as tentações e armadilhas que Svetlana Boym apontou na atual “epidemia global de nostalgia”) tem sido um ingrediente endêmico e inseparável da condição humana pelo menos desde o momento – difícil de precisar com exatidão – da descoberta da *possibilidade de opção* nas decisões humanas; ou – mais precisamente – desde a descoberta de que a conduta humana é e só pode ser questão de escolha; e que (pelo artifício quase natural da projeção) o mundo aqui e agora nada mais é que um entre um número indefinível de mundos possíveis – passados, presentes, futuros. A “epidemia global de nostalgia” pegou o bastão da “epidemia frenética de progresso” (gradual, ainda que incessantemente globalizante) na prova de revezamento da história.

A corrida continua, todavia, ininterrupta. Ela pode mudar de direção e até de pista – mas não vai parar. Kafka tentou captar em palavras esse imperativo íntimo, inextinguível e insaciável que nos governa – e provavelmente vai continuar a governar até que o inferno congele:

Ouvi soar ao longe uma trompa e perguntei a meu criado o que aquilo significava. Ele de nada sabia e nada tinha ouvido. Ao portão, ele parou e me perguntou:

– Para onde o amo está indo?

– Eu não sei – disse eu –, só sei que é para fora daqui, fora daqui. Fora daqui sem parar, é a única maneira de alcançar meu objetivo.

– Então o senhor conhece o seu objetivo? – perguntou ele.

– Sim – eu respondi. – Acabei de lhe dizer. “Fora daqui”, este é o meu objetivo.⁴

Quinhentos anos depois de Thomas More dar o nome de “Utopia” ao sonho humano milenar de retornar ao paraíso, ou de estabelecer a bem-aventurança na terra, mais uma tríade hegeliana formada por uma dupla negação está hoje perto de fechar seu círculo. Depois que as perspectivas de felicidade humana – amarradas, desde More, a um *topos* (um lugar fixo, uma pólis, uma cidade, um Estado soberano, cada um deles sob um soberano sábio e benevolente) – foram descoladas e desamarradas de todo e qualquer *topos* particular, e individualizadas, privatizadas e personalizadas (“subordinadas” a indivíduos humanos segundo o modelo dos caracóis), agora é a vez de elas serem negadas por aquilo que, de forma arrojada e quase bem-sucedida, tentaram negar. Dessa dupla negação da utopia ao estilo More – sua rejeição seguida por sua ressurreição – hoje estão emergindo “retrotopias”: visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado, mas que não morreu, em vez de se ligarem a um futuro “ainda todavia por nascer” e, por isso, inexistente, como foi o caso da sua ancestral duplamente repudiada:

Segundo o poeta irlandês Oscar Wilde, ao chegarmos à Terra da Fartura, deveríamos fixar novamente nosso olhar no horizonte mais distante e de novo içar as velas. “Progresso é a realização de utopias”, escreveu ele. Mas o horizonte distante é lacunar. A Terra da Fartura é protegida por uma névoa. Precisamente quan-

do deveríamos estar assumindo a tarefa histórica de investir essa existência rica, segura e saudável de significados, nós, em vez disso, sepultamos a utopia. Não há nenhum sonho novo para substituí-la, pois nós não logramos imaginar um mundo melhor do que aquele que alcançamos. De fato, a maioria dos pais nos países ricos acredita que seus filhos na verdade viverão em *pior* situação – de 53% dos pais na Austrália a 90% na França. Os pais, nos países ricos, supõem que seus filhos estarão em pior situação que eles próprios (em termos de porcentagem).⁵

Isso é o que observa Rutger Bregman em seu mais recente livro, *Utopia for Realists* (com o subtítulo *The Case for a Universal Basic Income, Open Border, and a 15-hour Workweek*).

A privatização/individualização da ideia de “progresso” e de busca de melhoria de vida foi vendida pelos poderes vigentes e adotada pela maioria de seus sujeitos como libertação: libertar-se das duras exigências de subordinação e disciplina – à custa dos serviços sociais e da proteção do Estado. Para um número grande e crescente de sujeitos, tal libertação se revelou, de maneira lenta mas consistente, uma bênção ambivalente, ou mesmo uma bênção adulterada por uma mistura considerável e crescente de maldição. O exaspero pela presença de restrições foi substituído por riscos não menos degradantes, assustadores e importunos, os quais só por decreto poderiam satisfazer as condições de autossuficiência. O medo da ausência das contribuições/correções supridas pela conformidade de outrora, suas predecessoras imediatas, foi substituído por um pavor não menos angustiante de inadequação. À medida que os velhos medos caíam aos poucos no esquecimento, e os novos medos ganhavam em volume e intensidade, promoção e degradação, progresso e retrocesso trocaram de lugar. Pelo menos um número crescente de peões relutantes presentes no jogo estava ou se sentia fadado à derrota.

Isso incitou os pêndulos do humor e da mentalidade públicos a dar a guinada de 180 graus: em lugar de investir as esperanças públicas de melhoria num futuro incerto e “sempre obvia-

mente duvidoso demais”, reinvesti-las mais uma vez no passado vagamente relembrado, valorizado por sua suposta estabilidade e, portanto, confiabilidade. Com essa virada de 180 graus, o futuro se transforma, de hábitat natural de esperanças e expectativas legítimas, em local de pesadelos: pavor de perder o emprego e a posição social a ele vinculada; de ter a casa, o resto de seus pertences e os bens móveis de toda uma vida “retomados”; de assistir aos seus filhos patinando ladeira abaixo do “bem-estar com prestígio”; e ver suas próprias qualificações, laboriosamente aprendidas e memorizadas, destituídas do que tenha restado de seu valor de mercado. A estrada para as guinadas do futuro parece sinistramente uma trilha de corrupção e queda. Talvez a estrada de volta, aquela para o passado, ainda tenha a chance de se tornar uma trilha de limpeza dos estragos cometidos pelos futuros toda vez que eles viraram presente, não?

O impacto dessa mudança, como argumentarei neste livro, é visível e palpavelmente sentido *em todos os níveis* da coabitação social – na sua visão de mundo ora emergente e nas estratégias de vida que essa visão de mundo insinua e gesta. O último diagnóstico de Javier Solana sobre a forma que tal impacto assume no âmbito da União Europeia (uma experiência de vanguarda, ao elevar a integração nacional a um plano supranacional) pode, com ajustes relativamente menores, servir de radiografia da guinada “de volta para o passado” observável em todos os outros níveis. Diferentes camadas desdobram linguagens diferentes, mas as usam para transmitir histórias surpreendentemente semelhantes.

Como diz Solana, “a União Europeia (UE) sofre um caso perigoso de nostalgia. Não se trata somente de um anseio pelos ‘bons e velhos tempos’ – de antes de a UE ter supostamente se imposto à soberania nacional – alimentando a ascensão de partidos políticos nacionalistas; líderes europeus continuam a tentar aplicar soluções de ontem a problemas de hoje”. E ele explica por que isso aconteceu, tirando seu argumento das deflexões mais recentes, mais drásticas e que mais chamaram atenção:

Na sequência da crise financeira global de 2008, as economias mais frágeis da UE enfrentaram aumentos muito rápidos do desemprego, especialmente entre jovens, ao passo que as economias mais fortes se sentiram pressionadas a “mostrar solidariedade” por meio da ajuda a países necessitados. Ao dar essa ajuda, as economias mais fortes incluíram exigências de austeridade que impediram a recuperação econômica dos países recebedores. Poucos ficaram satisfeitos, e muitos culpam a integração europeia.⁶

Isso para advertir que tomar esse encargo por seu valor nominal é um erro fatal, que ameaça nos afastar do único caminho talvez razoavelmente aspirado e encontrado para sanear a presente dificuldade:

Apesar do sofrimento econômico que muitos europeus sentem como algo real, o diagnóstico feito pelos nacionalistas acerca de suas origens é falso. A realidade é que a UE pode ser criticada pela *maneira como lidou com a crise*; mas ela não pode ser responsabilizada pelos desequilíbrios econômicos globais que vêm alimentando a contenda econômica desde 2008. Esses desequilíbrios refletem um fenômeno muito mais amplo: a globalização. Alguns usaram experiências decepcionantes com a globalização como desculpa para o retorno ao protecionismo e aos dias de suposta calma de fronteiras nacionais fortes. Outros, evocando saudosamente o Estado-nação que nunca existiu de fato, se agarram à soberania nacional como razão para recusar o aprofundamento da integração europeia. Ambos os grupos questionam as fundações do projeto europeu. Porém, suas memórias os enganam, e seus anseios os desencaminham.

O que eu chamo de retrotopia é um derivativo do já mencionado segundo grau de negação – a negação da negação da utopia. É um derivativo que compartilha com o legado de Thomas More a fixidez num *topos* territorialmente soberano: uma base

sólida que, segundo se crê, fornece e otimismo garante um mínimo aceitável de estabilidade; e, por conseguinte, um grau satisfatório de autoconfiança. Entretanto, a retrotopia difere do seu legado ao aprovar, absorver e incorporar as contribuições/correções supridas por seu predecessor imediato: a saber, a substituição da ideia de “perfeição suprema” por uma hipótese de incompletude e dinamismo endêmico da ordem que ela promove, permitindo, por conseguinte, a possibilidade (bem como a desejabilidade) de uma sucessão infinita de mudanças posteriores, as quais aquela ideia a priori deslegitima e obstaculiza. Fiel ao espírito utópico, a retrotopia deriva seu estímulo da esperança de reconciliar, finalmente, *segurança* e *liberdade*, feito que nem a visão original nem sua primeira negação tentaram alcançar – ou, se tentaram, fracassaram.

Eu pretendo dar sequência a esse breve esboço dos meandros mais notáveis da história pós-More de quinhentos anos da utopia moderna com um exercício que busca deslindar, retratar e registrar algumas das mais notáveis tendências “de volta para o futuro” no seio da fase “retrotopista” ora emergente na história da utopia – em particular a reabilitação do modelo tribal de comunidade; o retorno ao conceito de um eu primordial/prístino predeterminado por fatores não culturais e imunes à cultura; e a retração como um todo da percepção hoje vigente (dominante tanto nas ciências sociais quanto entre as opiniões populares) das características essenciais, presumivelmente não negociáveis e *sine quibus non* da “ordem civilizada”.

Essas três deflexões não sinalizam, claro, o retorno direto a um modo de vida antes praticado – isso seria, como argumentou razoavelmente Ernest Gellner, uma impossibilidade absoluta. Trata-se, em vez disso (para desdobrar a distinção conceitual de Jacques Derrida), de tentativas conscientes de *iteração* (e não de *reiteração*) do status quo ante, existente ou imaginado, da segunda negação – sendo que sua imagem, a essa altura, já foi significativamente reciclada e modificada no processo de memorização seletiva, entrelaçada a esquecimentos seletivos. Entretanto, são

os aspectos genuínos ou putativos do passado, considerados bem-sucedidos no teste da experiência e indevidamente abandonados, ou cuja erosão foi tolerada com negligência, que servem de pontos de orientação/referência essenciais para a confecção do mapa da retrotopia.

Para pôr o namoro retrotopiano com o passado na perspectiva certa, cabe fazer desde logo mais uma advertência. Svetlana Boym sugere que um surto de nostalgia “irrompe com frequência depois de revoluções”. E acrescenta com perspicácia que, no caso da Revolução Francesa de 1789, “não foi somente o Ancien Régime que produziu a Revolução, mas, de certo modo, a Revolução produziu o Ancien Régime, dando-lhe uma forma, um sentido de conclusão e uma aura dourada”. Por sua vez, foi a queda do comunismo que deu origem à imagem das últimas décadas soviéticas como uma “era de ouro de estabilidade, força e ‘normalidade’, visão prevalecente na Rússia atual”.⁷ Em outras palavras: em regra, quando sonhamos nossos sonhos nostálgicos, nós não “retornamos” ao passado “como tal” – não o passado *wie es ist eigentlich gewesen* (“como ele genuinamente era”), o qual Leopold von Ranke aconselhou os historiadores a recuperar e representar (e muitos historiadores, embora carentes de aclamação unânime, tentaram fazer isso com determinação). Podemos ler no altamente conhecido *Que é história?*, livro de E.H. Carr:⁸

O historiador é necessariamente seletivo. A crença num núcleo puro de fatos históricos que existam de forma objetiva e independente do historiador é uma próspera falácia, mas uma falácia muito difícil de erradicar. ... Dizia-se que os fatos falam por si mesmos. Isso é falso, claro. Os fatos só falam quando os historiadores os invocam: é [o historiador] quem escolhe a que fatos dar a palavra e em que ordem de contexto.⁹

Com esses argumentos, Carr mirava seus companheiros historiadores profissionais, a quem atribuía o desejo determinado de descobrir e transmitir a verdade e somente a verdade. Em 1961,

quando os primeiros volumes de *Que é história?* surgiram nas prateleiras e seu uso se disseminou, a universalidade da “política de memória” – codinome para uma prática de seleção arbitrária e/ou para a desconsideração de fatos segundo propósitos políticos (a bem da verdade, partidários) – não era o segredo público que agora se tornou. Isso, em grande parte, graças à vivissecção alarmante e aterradora do “Ministério da Verdade” de George Orwell, continuamente “atualizando” (reescrevendo) os registros históricos para acompanhar as mudanças tão urgentes das políticas de Estado. Qualquer que seja o caminho escolhido pelos investigadores da verdade histórica, e por mais que possam ter se esforçado para serem fiéis à escolha que fizeram, suas descobertas e suas vozes não são as únicas acessíveis no fórum público. Elas não são necessariamente as mais audíveis entre as vozes em competição, e tampouco têm garantia de alcançar a audiência mais ampla. Ao mesmo tempo, seus competidores mais abona-dos e seus investigadores e administradores mais inescrupulosos tendem a pôr a utilidade pragmática acima da verdade sobre os fatos como critério principal para distinguir as narrativas certas das erradas.

Há boas razões para conjecturar que o advento da rede mundial e da internet sinalizam o declínio dos Ministérios da Verdade (embora, de modo nenhum, o crepúsculo das “políticas de memória histórica”; na verdade, ele expandiu as oportunidades para se implementarem essas políticas, ao tornar seus instrumentos mais acessíveis que nunca, e seus impactos potencialmente mais intensos e relevantes, talvez até mais duráveis). Entretanto, a extinção dos Ministérios da Verdade (isto é, do monopólio inquestionável dos poderes vigentes de proferir veredictos sobre veracidades) não pavimentou o caminho das mensagens dos investigadores e enunciadores profissionais da “verdade sobre os fatos” até a consciência pública; ao contrário, ela tornou a estrada ainda mais atravancada, tortuosa, traiçoeira e incerta.

Na sequência da escavação do fosso entre poder e política – isto é, entre a capacidade de levar coisas a cabo e a habilidade de decidir que coisas devem ser feitas, outrora investidas no Estado territorialmente soberano –, a ideia original de buscar a felicidade humana por meio do “projeto e construção” de uma sociedade mais favorável às necessidades e aos sonhos e anseios humanos passou a ser vista como algo cada vez mais nebuloso, em função da ausência de uma agência considerada capaz de encarar a grandiosidade da tarefa e entregar-se ao desafio de lidar com sua impressionante complexidade. Como diz Peter Drucker sem rodeios (talvez em parte inspirado pela máxima Tina, “Não há alternativa”,* de Margaret Thatcher), uma sociedade que liga de uma vez por todas a perfeição individual à social é carta fora do baralho, não faz sentido esperar que a salvação venha da sociedade.¹⁰ Como explicitou concisamente Ulrich Beck, a consequência disso foi que, daquele ponto em diante, cabia a cada indivíduo buscar e encontrar, ou construir, soluções individuais para problemas produzidos socialmente e também aplicá-las – desdobrando a sua própria inteligência, bem como suas qualificações e os recursos individualmente possuídos. O objetivo já não era mais uma *sociedade* melhor (pois, para todo fim prático, melhorá-la não fazia sentido), porém melhorar a sua própria *posição* individual dentro dessa sociedade básica e definitivamente incorrigível. Em vez de recompensas por esforços coletivos de reforma social, havia espólios da competição individualmente apropriados.

Nos capítulos a seguir, minha intenção é fazer um inventário preliminar das deflexões mais espetaculares – e talvez também mais seminais – relativas ao advento dos sentimentos e das práticas retrotopianos.

* Tina, acrônimo de “*There is no alternative*”, bordão usado por Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica entre 1979-1990, que considerava não haver alternativa ao liberalismo econômico; e que mercados livres e globalização capitalista eram a melhor perspectiva para o desenvolvimento social. (N.T.)